



SIMPOSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 04
ESTADO, POLÍTICA E SOCIEDADE

CONFLITO ISRAEL-PALESTINA: ORIGENS E DESDOBRAMENTOS

EL CONFLICTO ENTRE ISRAEL Y PALESTINA: SUS ORIGENES Y CONSECUENCIAS

MAUREN DAFNE DA COSTA NOGUEIRA

maurendafne@gmail.com

MARÍLIA CRISTINA CALDAS

cristinapinheiro493@gmail.com

ANABELLA CORTEZ FLORES

anabellauniri@gmail.com

Faculdade La Salle Manaus

RESUMO

O seguinte trabalho objetivou analisar as causas do conflito entre Israel e Palestina, percorrendo os fatos históricos, a participação da comunidade internacional, assim como a ocorrência das guerras árabe-israelenses, seus antecedentes e consequências. Abordamos a territorialidade como a construção da identidade em relação ao território, pois é no território que ocorrem e se desenvolvem tanto a cultura como a identidade nacional dos povos e a soberania de cada Estado. Foi utilizada, uma metodologia de análise de conteúdo com um modelo de pesquisa descritiva, mediante artigos científicos e livros, analisando acordos internacionais em prol da paz entre Israel e Palestina, entendendo a relação das religiões, culturas, identidade territorial e nacional como motivações do conflito entre o povo de Israel e o povo palestino.

Palavras-chave: Conflito Árabe-israelense; Geopolítica; Terra Santa; Israel; Palestina.

RESUMEN

Apoio:



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO





El siguiente trabajo tuvo como objetivo analizar las causas del conflicto entre Israel y Palestina, abarcando los hechos históricos, la participación de la comunidad internacional, así como el devenir de las guerras árabe-israelíes, sus antecedentes y consecuencias. Abordamos la territorialidad como la construcción de la identidad en relación con el territorio, ya que es en el territorio donde se dan y desarrollan tanto la cultura como la identidad nacional de los pueblos y la soberanía de cada Estado. Se utilizó una metodología de análisis de contenido con un modelo de investigación descriptivo, a través de artículos científicos y libros, analizando los acuerdos internacionales a favor de la paz entre Israel y Palestina, entendiendo la relación de religiones, culturas, identidad territorial y nacional como motivaciones del conflicto entre el pueblo de Israel y el pueblo palestino.

Palabras clave: Conflicto Árabe-israeli; Geopolítica; Tierra Santa; Israel; Palestina.

INTRODUÇÃO

A disputa territorial entre Israel e Palestina ganhou as proporções assumidas inicialmente pelo processo de repartição e administração dos territórios definidos na partilha da Palestina pela resolução nº 181 da ONU, de 29 de novembro de 1947, que visava a criação de um estado árabe e outro judeu, levando em consideração as populações que ali tinham se estabelecido historicamente, ou seja, as comunidades judaicas e árabes da Palestina. Este trabalho teve como intuito apresentar as origens deste conflito, suas causas e seus desdobramentos mediante estudos da historiografia do conflito adaptando à perspectiva da territorialidade e da reivindicação da soberania como motivo relevante para o conflito, analisando conteúdo já existente, por meio do método descritivo levando o leitor ao entendimento desta disputa milenar.

CONTEXTO HISTÓRICO: CRONOLOGIA DOS FATOS CENTRAIS

Apoio:



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO





A origem dos conflitos entre árabes e israelenses está diretamente relacionada com o surgimento do sionismo no final do século XIX. Teve origem oficialmente em 1896, a partir da publicação do livro “O Estado Judeu” de Theodor Herzl, que defendia a ideia da criação de um Estado para os judeus, para ele “Devia ser concedida uma soberania sobre uma porção da superfície da terra adequada para as necessidades e as justas ambições do povo”. (HERZL, 1896, p.22). A partir daí, formou-se uma série de organizações sionistas, que passaram a defender politicamente a formação desse Estado judeu, e começou-se a investigar a possibilidade de que esse Estado surgisse na Palestina.

Segundo o “atlas mundial de dados”, no começo do século XX, a Palestina era majoritariamente ocupada por árabes e muçulmanos. Dos 644 mil habitantes, somente 56 mil eram judeus. Durante a Primeira Guerra Mundial, os ingleses haviam prometido a criação de um Estado judeu para os sionistas em 1917 a partir da Declaração de Balfour. O grande, porém, é que os ingleses também haviam feito a mesma promessa para os palestinos durante os anos da guerra. Os ingleses precisavam do apoio dos árabes na luta contra os otomanos.

Depois da Segunda Guerra Mundial e por causa do Holocausto na Europa, a presença dos judeus na Palestina aumentou consideravelmente. Nesse momento também houve o fim do domínio britânico sobre a Palestina. Sobre isso, o Relatório Harrison, de 1945, é elucidador. Como destaca Neto,

[...] o Relatório Harrison possui relevância [...] pelo seu impacto político na História da Palestina, sendo formulado em um período marcado pelo agravamento do conflito entre sionistas e árabes. Ao ter em suas mãos o Relatório Harrison, o Presidente Truman passou a advogar junto à Grã-Bretanha (que controlava politicamente a Palestina desde 1917), sobre a entrada de 100 mil judeus sobreviventes na Palestina à guisa de ajuda humanitária. Tal atitude revela os primeiros passos efetivos da atuação dos Estados Unidos como um terceiro ator no conflito da Palestina (NETO, 2015, p.111).

A resolução da disputa entre árabes e judeus foi entregue para a ONU. Com a questão da Palestina entregue à ONU, a criação do Estado de Israel foi levada à votação em uma Assembleia Geral realizada em novembro de 1947. Na Assembleia,

Apoio:





decidiu-se por 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções pela criação do Estado de Israel. A cidade de Jerusalém foi colocada sob controle internacional.

Quando houve a proclamação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, uma guerra iniciou-se. A primeira de muitas. Essa primeira guerra iniciada após a proclamação do Estado de Israel ficou conhecida como Primeira Guerra Árabe-israelense. A guerra só foi encerrada em 9 de janeiro de 1949, quando as nações árabes assinaram um armistício com Israel, que saiu como grande vencedor dessa guerra. Ao final da Primeira Guerra Árabe-israelense, o território de Israel aumentou em cerca de 1/3, e os israelenses passaram a dominar cerca de 79% do território da Palestina. A grande consequência dessa guerra foi colhida pelos palestinos: além das perdas territoriais, a guerra forçou mais de 700 mil palestinos a se refugiar fora dos territórios que haviam sido conquistados por Israel. Isso ficou conhecido pelos palestinos como “nakba”, que do árabe, significa “tragédia”. Em 1956, o governo egípcio anunciou a nacionalização do Canal de Suez (liga o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho), o que desagradou aos governos francês e britânico, que possuíam interesses econômicos no canal. Assim, uma aliança da França e do Reino Unido com Israel foi realizada, e os três países juntos organizaram um plano para atacar as forças egípcias. Isso ocorreu em 29 de outubro de 1956, quando a Península do Sinai foi atacada pelas tropas dos três países, iniciando a Guerra de Suez. Passados onze anos da Guerra de Suez, a relação entre árabes e israelenses ainda era tensa. Nesse contexto, surgiram grupos de resistência palestina: a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o Al Fatah. Essa última agia por meio de táticas de guerrilha e promovia ataques contra Israel a partir de suas bases instaladas na Síria.

No dia 5 de junho de 1967, o exército de Israel deu início à Guerra dos Seis Dias ao organizar um ataque como resposta aos árabes. Foram conduzidos ataques aéreos e terrestres de maneira fulminante.

Por fim, um dos conflitos mais relevantes aconteceu sete anos depois, em 1973, conhecido como Guerra de Yom Kippur. Essa guerra iniciou-se a partir de um ataque surpresa conduzido por egípcios e sírios contra Israel no dia 6 de outubro de 1973, no Sinai e em Golã e teve como intuito a tentativa das duas

Apoio:



Secretaria de
Desenvolvimento
Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação





nações de recuperar os territórios que haviam perdido durante a Guerra dos Seis Dias.

RELIGIÃO, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE

A influência das religiões, das identidades culturais e territoriais são motivos relevantes do conflito que podem ajudar a entender sua complexidade, na medida em que é no território que ocorrem e se desenvolvem tanto a soberania quanto a identidade dos povos (SAQUET, 2009, p. 73-90). A relação dos fatores identitários- religião, língua, etnias, relações sociais, relações de poder - no conflito entre Israel e Palestina, tendo em mente que israelenses e palestinos, construíram historicamente culturas diferentes, mantendo religiões e tradições diferentes num mesmo território. É relevante entender a importância do espaço territorial não no sentido de meras riquezas ou recursos materiais, mas no sentido da construção cultural e sentimento nacional que cada povo constituiu nesse mesmo território, isto é, a relação de identidade com o espaço geográfico.

A territorialidade apesar de possuir vários conceitos defendidos por diversos geógrafos, cada uma dessas visões pode ajudar a entender o conceito com maior profundidade. Ela pode ser entendida como “mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exerce nas ações sociais” (DEMATTEIS, 1999, p.117-128.). Isto é, a relação e interação das dinâmicas sociais e culturais dos seres humanos com o território que habitam em sociedade podendo mudar no espaço e no tempo conforme as características de cada sociedade (RAFFESTIN, 1976 e 1978). Para Robert Sack (1986) a territorialidade “corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada”, quer dizer, no próprio território. Saquet (2007, p 152) caracteriza a identidade territorial como;

[...] além de pertencimento a um certo lugar, o resultado do processo de territorialização, com elementos de continuidade e estabilidade, unidade e diferencialidade. O território é produto e condição social, influenciando na constituição de identidade local em virtude de ações

Apoio:



Secretaria de
Desenvolvimento
Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação





coletivas; têm um conteúdo dinâmico e ativo, com componentes objetivos e subjetivos, nos níveis local e extra local.

Por fim, a territorialidade pode ser sinteticamente compreendida como a “dimensão simbólico-cultural na qual se materializam os processos de identificação territorial” (SOUSA, 2020, p.119–132). O geógrafo suíço Claude Raffestin (1976, p.81-96.), faz uma interessante distinção entre quatro tipos de territórios, dentre eles o tipo *Território Sagrado*, aquele território que se configura em decorrência de ações políticas e por influência das igrejas (religiões) como acontece em Jerusalém e em Roma, “São campos de força estabelecidos historicamente por relações de controle e influência política e/ou sagrada”. (SAQUET, 2009, p.85). Jerusalém com sua iminente importância cultural e religiosa, é uma das razões da prorrogação do conflito assim como ponto chave para uma futura paz.

A região de Israel é um ponto de convergência entre continentes, local de extrema importância para grandes potências ao longo da história. Na cidade velha, e Terra Santa para as três grandes religiões, se concentram os pontos mais sagrados de cada uma delas, estes são o Sagrado Sepulcro para o Cristianismo e, o Domo da Rocha para o Islamismo assim como o Muro das Lamentações para o Judaísmo. Atualmente o estado de Israel tem total controle sobre a cidade de Jerusalém, após ganhar domínio da parte oriental pertencente à Palestina em 1967, na guerra dos 6 dias.

SOBERANIA

A principal abordagem existente entre os aspectos internos e externos do conflito entre Israel e Palestina, deve ser compreendida com dois principais aspectos denominados de soberania a primeira e autonomia a segunda, segundo LITRENTTO, entende-se como soberania “O poder do Estado em relação às pessoas e coisas dentro do seu território, isto é, nos limites da sua jurisdição”, já autonomia é compreendida como “a competência conferida aos estados pelo Direito

Apoio:



Secretaria de
Desenvolvimento
Economico, Ciência,
Tecnologia e Inovação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



FACULDADE
LaSalle
Manaus



internacional que se manifesta na afirmação da liberdade do Estado em suas relações com os demais membros da comunidade internacional, confundindo-se com a independência.”(LITRENTTO, 2001, p.116).

Nesse sentido o conflito existente vai além de questões religiosas ou territoriais, mas a partir do nacionalismo judaico não generalizando ao nacionalismo em geral, porém com uma série de eventos ocorridos desde o período da primeira guerra mundial onde se evidencia muito mais o movimento sionista transparecendo questões que estão na base do conflito estendido até hoje. Ernest Renan diz que esse conceito se dá através de uma nação que tende a querer a da continuidade a sua tradição, em questões culturais, religiosas, linguísticas, etc. Ele denominou esse parecer de *Plebiscito diário* para explicar essa relação entre uma determinada comunidade de uma sociedade de continuar vivendo de maneira configurada de nação. Segundo ele:

[...]A nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída do sentimento dos sacrifícios feitos e daqueles que ainda estão dispostos a fazer o mesmo. Pressupõe um passado, mas se reafirma no presente através de um fato tangível: o consenso, o desejo claramente expresso de continuar a viver em comunidade. A existência de uma nação é (me perdoem a metáfora) um plebiscito diário, como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua de vida (RENAN, [1887] 1997, p, 17.).

Após o último assinado de tratado de paz ocorrido entre Jordânia e Israel. Houve um sentimento de traição por parte dos palestinos subentendendo que não deu a Palestina o nome de Estado, mas de uma identidade não definida, uma entidade representativa de uma comunidade, mas não de uma nação.

O principal reconhecimento se estabelece por autoridade, supondo a existência do outro, e a tolerância, afirmando a liberdade e autonomia do outro. Enquanto a existência de um estado depende instintivamente de um *identificar-se*, sendo assim, abrindo uma possibilidade de autonomia diante das nações. Assim como explica Mindus (2019, p. 119):

Apoio:





De fato, o problema da delimitação da nação sempre foi de natureza política e diz respeito aos limites da identificação com um grupo social particular. É necessário precisar que “identificação” deve ser entendida aqui no sentido intransitivo: no sentido de identificar-se e não de identificar. [...] A identificação um sentido intransitivo [...] remete para o problema de natureza prático-política de reconhecer-se em um determinado grupo ou em momentos temporalmente distintos.

Observa-se que esse não reconhecimento se faz presente em quase todo o século. Entendendo que essa ausência se torna uma das principais motivadoras de conflitos que atingem seu ápice com criação de grupos terroristas. Somando o não reconhecimento do seu Estado e crise de uma representação política, nascem grupos de organizações terroristas. Grupos esses que não admite ou reconhece Israel como Estado, por ser estado judaico. Não só o estado, mas qualquer organização por parte do mesmo, como já citada a ANP (Associação Nacional Palestina). Porque sua existência se deu a partir do reconhecimento de Israel. Assim ocorrem os ataques desde a criação do estado, fazendo consolidar ainda mais identidade e soberania de Israel, partindo assim para um julgamento moral negativo aos Árabes palestinos que lutam também por sua soberania e claro por um reconhecimento. Essa possibilidade de reconhecimento e autoridade abriria uma perspectiva para um possível diálogo, mas quando não há essa possibilidade abre-se caminho para guerras.

Considerando assim, que o conflito entre Israel e Palestina não pode ser explicado exclusivamente como um conflito entre nacionalismo judaico ou questões territoriais, pois estão influenciados também por questões internacionais. Em todo caso, esse nacionalismo tem várias faces, que aparecem em maior ou menor escala em dados momentos históricos, mas essa tentativa de compreender o sentimento judaico ou islâmico como nação não se resume a essa contextualização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apoio:



Secretaria de
Desenvolvimento
Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação





A compreensão do conflito entre Israel e Palestina precisa incluir uma avaliação crítica e multifacetada de características não apenas materiais, mas também simbólicas que permeiam, ainda que sem uniformidade, as relações entre judeus e palestinos e, inclusive as relações internas entre grupos de judeus e grupos de palestinos. Além disso, deve-se dizer que a solução do conflito envolve questões externas e disputas entre grupos de judeus e de palestinos.

Pode-se dizer que há um imbricamento de antigos e novos elementos sociopolíticos e simbólicos na discussão da questão palestina que precisam ser levados em consideração na análise e encaminhamento de possíveis acordos duradouros que sejam considerados vantajosos para ambas as partes e que sejam construídos e negociados diretamente entre judeus e palestinos dados os poucos resultados auferidos por intermediações externa.

REFERÊNCIAS

DEMATTEIS, Giuseppe. Sul crocevia della territorialità urbana. In: DEMATTEIS, G. et al. (Org.). I futuri della città – Tesi a confronto. Milano: Angeli, 1999. p.117-128.

RAFFESTIN, Claude. Problématique et explication en géographie humaine, Geopoint, Universités de Genève et Lausanne, Avignon, Groupe Dupont, 1976. p.81-96.

OLIVEIRA MARQUES, F. Identidade e soberania no conflito entre Israel e Palestina. Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais, v. 7, n. 13, p. 103-114, 11, 2008. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br>. Acesso em: 22 abril 2023.

RAFFESTIN, Claude. Les construits en géographie humaine: notions et concepts, Geopoint, Avignon, Groupe Dupont, 1978. p. 55-73.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **SPOSITO**, E. S. (2009). Territórios E Territorialidades: Teorias, Processos E Conflitos. : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 73-90. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/>. Acesso em: 30 abril 2023.

SOUSA, A. A. de. (2020). Território E Identidade: Elementos Para A Identidade Territorial. Caderno Prudentino De Geografia, 1(30), p119–132. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7436>. Acesso em: 1 maio 2023.

Apoio:





GHERMAN, Michel. Entre a Nakba e a Shoá: catástrofes e narrativas nacionais. *História* (São Paulo) v.33, n.2, p. 104-121.

LITRENTTO, Oliveiros. Curso de direito internacional público. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SANCHEZ, Lara: maio 22, 2021- Revista Digital laboratorizada da faculdade Cásper Líbero

SILVA, Daniel Neves. "Guerras árabe-israelenses"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/guerras-arabe-israelenses.htm>. Acesso em 15 de maio de 2023.

MINDUS, Patricia. Cidadania, identidade e o poder soberano de excluir. Tradução Heitor Pagliaro. *Revista do Ministério Público* (Portugal), ano 40, n. 158, p. 117-139, 2019.

RENAN, Ernest. Qu'est-ce qu'une Nation? Paris: Éditions Mille et une nuits, [1887] 1997.

SILVA, José Roberto Limas da. História da Palestina do primeiro século: possíveis contextualizações e aprendizados. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 11, Vol. 21, pp. 66-76. Novembro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencia-da-religiao/historia-da-palestina>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/ciencia-da-religiao/historia-da-palestina

HERZL, Theodor, O Estado Judeu, 1896, p.22-24, Edição comemorativa ao 49º Aniversário do Estado de Israel – maio de 1997. Tradução: Dagoberto Mensch. Digitado por: Iba Mendes.

Neto, Luiz Salgado, Relatório Harrison, 1945 p.111. Disponível em: <https://www.periodicos.unifesp.br/index.php/fontes/article/view/9179/6709>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

Apoio:

